

**VISÕES DE NATUREZA x VERTENTES IDEOLÓGICAS DO AMBIENTALISMO:  
CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE SOBRE SUSTENTABILIDADE NO BRASIL**

**MELO e SOUZA, Rosemeri**

Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento – CDS/UnB e Prof<sup>a</sup> Adjunta dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia e de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal de Sergipe – UFS  
Av. Marechal Rondon, s/n – Pólo de Gestão/Pós-Graduação, sala 01 – São Cristóvão – SE.  
CEP: 49040-020 Fone: (79) 212-6796 - Fax: (79) 212-6793 – E-mail: rome@ufs.br

O argumento fundamental desse trabalho reside na importância assumida pelo desvendamento das visões de natureza presentes nos discursos ambientalistas circulantes no Brasil, buscando traçar as distinções entre tais visões e os modelos de apropriação das mesmas no seio do movimento ambientalista no Brasil, na perspectiva do aprofundamento epistemológico da sustentabilidade. Assim, pretende-se evidenciar o caráter, por vezes antagônico, adotado por segmentos do movimento ambientalista no emprego dessas orientações discursivas bem como algumas repercussões dessas posturas no tocante à redefinição das contribuições e do alcance efetivo da sustentabilidade no âmbito constitutivo da Teoria e Meio Ambiente em nosso país.

Palavras-chave: Ambientalismo – Sustentabilidade – Teoria e Ambiente - Brasil

The basic argument of this paper shows the importance of nature visions inside environmentalists discursive orientations in Brazil, reaching some different approaches between such nature visions and ideologic conceptions presents into Brazilian environmentalism, behind to deep the sustainability epistemological theoretical approaches. So, this essay intends to show some results of these theoretical approaches into redefining sustainability contributions and its range in terms of Theory and Environmental though in Brazil.

Key Words: Environmentalism – Sustainability - Theory and Environment – Brazil

## 1 – INTRODUÇÃO

O argumento fundamental deste artigo é que a aproximação/diferenciação entre o modelo de acumulação vigente, motriz das desigualdades permeantes da crise ambiental acirrada no contexto da aceleração contemporânea na qual emergem modelos de valorização da natureza apoiados em noções de distintos matizes acerca da sustentabilidade, repousa em visões distintas da natureza, esboçadas no panorama epistemológico desde meados do século XVIII e aprofundadas ao longo dos séculos XIX e XX (Cidade, 2001b).

Esboçar essa argumentação também se faz mister a fim de diferenciar se, por um lado, as origens das concepções de natureza remontam ao mundo clássico, onde se pode evidenciar, desde o pensamento de Aristóteles, por outro prisma, as posturas ideológicas de cunho ambientalista apresentam variados matizes.

Ao situar Ecocentrismo, Antropocentrismo e Biocentrismo como posturas ideológicas no âmbito do movimento ambientalista, o que se pretende evidenciar é o caráter por vezes até antagônico adotado por entidades e ambientalistas individuais no emprego dessas orientações discursivas enquanto embasadoras de sua atuação.

A tônica ideologizante contida nas argumentações dos alarmes ecológicos feitos pelos ambientalistas europeus, remete aos matizes ideológicos diferenciados para situar, também no âmbito do ambientalismo brasileiro, o contributo representado pelo imbricamento entre visões de natureza e ideologias permeantes do movimento ambientalista, entendido na sua composição multifacetada cujo campo é composto por diversos interesses configuradores de suas lutas.

Desse modo, abordamos um enfoque da(s) ideologia(s) ambientalistas para situar tais posturas enquanto mistificadoras no tocante à posição central a ser ocupada na discussão ambiental seja pelo Homem/Tecnologia (Antropocentrismo/Tecnocentrismo), seja pelos demais seres vivos (Biocentrismo) ou ainda por uma visão integradora (Ecocentrismo/Holismo) no sentido explícito de ocultamento da realidade (Sodré, 1997).

Num primeiro momento, ancoramos tal discussão à luz dos rizomas do modelo de acumulação econômica vigente, apoiados em noções de sustentabilidade que remetem a visões distintas da natureza, esboçadas no panorama epistemológico desde meados do século XVIII e aprofundadas ao longo dos séculos XIX e XX.

Em seguida, buscamos contextualizar, desde um ponto de vista teórico, as distinções entre Ecocentrismo, Antropocentrismo e Biocentrismo como posturas ideológicas no âmbito do movimento ambientalista brasileiro. Assim, pretendemos evidenciar o caráter, por vezes

antagônico, adotado por segmentos do movimento ambientalistas no emprego dessas orientações discursivas bem como algumas repercussões dessas posturas no tocante à redefinição das contribuições e do alcance efetivo da sustentabilidade no âmbito constitutivo do pensamento acerca da Teoria e Meio Ambiente em nosso país.

À guisa de reflexão, evocamos a imagem de raízes adventícias que se estendem em padrão reticular chamadas *rizomas* no tocante aos desdobramentos da crise ambiental por entendermos que tal metáfora revela-se muito útil à elaboração de tramas compreensivas das imbricações existentes entre as visões de cunho filosófico acerca da natureza e suas vinculações com as ideologias configuradoras do ambientalismo contemporâneo no Brasil, construído ao longo do século XX até o momento atual do século XXI.

## **2 – VISÕES DA NATUREZA COMO DISCURSIVIDADES EM DISPUTA NO ÂMBITO DO AMBIENTALISMO.**

A adoção de distintas concepções de natureza no âmbito das lutas ambientalistas por diferentes movimentos confere um caráter ideológico ao ambientalismo, pois o uso de tais concepções de natureza traduz-se, de fato, enquanto discursividades em disputa da hegemonia no cenário decisório no tocante à crise do ambiente global (Viola, 1998).

Por conseguinte, ambas as razões servem como fundamento à exposição desenvolvida nesta seção e complementam-se a fim de correlacionar concepções de natureza ao surgimento de preocupações institucionais de conservação, conforme salienta Collingwood (1988) acerca dos primórdios de uma atuação que hoje seria denominada como conservacionista por parte da Igreja Católica ainda na Idade Média, que será retomada mais adiante.

Desse modo, ressalta-se que a temática da conservação da natureza tem rizomas bastante distanciados no tempo e espaço, mas ainda distantes de ter soluções equacionadas na esfera das relações internacionais de forma articulada e consensual (Vigevanni, 1997).

Por outro lado, a diversidade de enfoques de natureza sugere as dificuldades em estabelecer uma causalidade única para explicar a separação entre sociedade e natureza no pensamento moderno. O que parece claro é que tanto as relações materiais no tocante às concepções de natureza como o campo ideológico do ambientalismo participa de distintas formas nessa ruptura epistemológica.

A formulação originária acerca da natureza, no pensamento filosófico pré-socrático, parte da apreensão da coisa presente, em si mesma, auto-emergente, ou seja, a visão de natureza como *Physis*:

*“Para os primeiros filósofos, pensar a partir da coisa presente ao mundo em redor é pensar o fogo, a água, o ser, a transformação de umas em outras, o nascer e o perecer. O rio heraclítico não é puramente simbólico: é banhando-se no rio concreto que percebemos a estrutura contraditória das coisas que são”* (Unger, 1991, p. 30).

Já a concepção de natureza em Aristóteles orientava-se de modo teleológico, isto é, para um fim, um destino além de si mesma. Tal concepção no âmbito da metafísica aristotélica comporta “a natureza como algo que meramente acontece, que se faz presente, cujos entes estão colocados como aquilo que nos envolve e está perto desde o início” (Foltz, 2000, p. 33).

Faz-se relevante para a análise em transcurso, salientar o nítido entrelaçamento dessas duas visões de natureza – dos pré-socráticos e a aristotélica - emanadas do pensamento grego, a partir da segunda metade do século XIX, época na qual tornam-se notórios os efeitos danosos da atuação predatória do *homo faber* orientado pelo industrialismo forjado no seio da acumulação capitalista no período da Revolução Industrial.

A reação aos danos ecológicos mais notórios à época como a poluição do ar e dos rios e a deterioração das condições de vida nas cidades industriais europeias durante os séculos XVII e XVIII foi o substrato concreto para a vertente ambientalista denominada de *preservacionismo*, como ressalta Keith Thomas (1988), ao discorrer sobre o caráter de reação do preservacionismo, em suas origens, tanto ao Antropocentrismo moderno como ao Teocentrismo medieval.

Ainda segundo a análise de Thomas (1988, p. 296), a ênfase na adoção de jardins domésticos e de parque públicos, na Inglaterra vitoriana, bem como a idealização do campo no imaginário social europeu como bucólico e fonte de “primícias sem mazelas”, incutiu, mesmo em pessoas não aristocráticas, um olhar para o campo em busca de refrigério das agruras da vida nas cidades poluídas e sem verde.

Esses elementos, entre outros, impulsionaram a construção de jardins botânicos não apenas na Inglaterra, com seu pioneiro Botanic Kew Gardens, em Londres, mas em países de

tradição latina, a exemplo da Espanha e Itália, retratando um desejo de um regresso a uma natureza idílica.

Esse suposto retorno a uma pretensa “Era de Ouro” da relação humana com a natureza encontra-se subjacente tanto nos primórdios do preservacionismo, cujo papel para a criação de Unidades de Conservação no século XIX será mais adiante retomado.

O mesmo argumento será analisado nas formulações desenvolvidas pelos ideólogos da perspectiva ambientalista denominada Ecologia Profunda, sistematizada na segunda metade do século XX, cujo princípio biocêntrico, isto é, de um estatuto igualitário perante a existência de todos os seres, é reafirmado de ecologia explicitada por Coetzee:

*“Na visão ecológica, o salmão, as algas fluviais e os insetos aquáticos interagem em uma grande dança complexa com a terra e o clima. O todo é maior que a soma de suas partes. Nessa dança, cada organismo tem um papel: são esses múltiplos papéis, mais que os seres particulares que os desempenham, que participam da dança. Quanto aos intérpretes reais, na medida em que são auto-renováveis, na medida em que continuam vindo, não precisamos prestar nenhuma atenção neles”*  
(2002, p.64).

Note-se, na citação acima, o destaque ao estatuto de igualdade no tocante à existência explícito na visão defendida por Coetzee, a ponto de salientar que os seres transientes (humanos?) não merecem maior atenção na trama do existir. De modo dialógico, essa mesma afirmação nutre-se da idéia platônica de que a natureza constitui aquilo que está sempre presente para ser visto na apreensão de entes mutáveis, a saber, os homens.

Ademais, de modo contraditório, esta concepção platônica baseia alguma das assertivas mais caras aos ideólogos do ambientalismo tecnocentrista, mais exatamente aqueles defensores de uma visão de natureza enquanto inesgotável cornucópia (Pearce e Turner, 1995).

Salienta-se a contradição posto ter sido uma visão humanista e romântica da natureza, desenvolvida milênios após Platão por humanistas como Kant e românticos como Schiller, entre outros, o substrato mais concreto, do ponto de vista da sucessão das idéias filosóficas, a servir de embasamento à postura tecnocentrista como vertente ideológica do ambientalismo.

Ainda que à luz da contemporaneidade e das perspectivas pós-modernas atuais, esta concepção clássica de natureza seja tomada como superada, ela não perde sua importância por configurar uma natureza plasmada à medida dos homens, cujos resquícios estão presentes até o Renascimento no pensamento filosófico (Merleau-Ponty, 2000).

Durante a Idade Média, cristalizou-se a concepção de natureza explicitada pelo pensamento clássico, conforme assinala Capra (1987, p. 49). “Na filosofia, Tomás de Aquino (século XIII) combinou o sistema da natureza de Aristóteles com a teologia e a ética cristãs, em uma estrutura conceitual que se tornou a regra”.

Ética cristã que colocava o mundo como lugar passageiro, rumo às bem-aventuranças do paraíso. Sergio Buarque de Holanda (1999, p.187) assim relata essa visão de natureza e sua influência nos primórdios de nossa colonização: “A Idade Média se achava tão afeita, com certeza, à noção de que o mundo presente é simples lugar de passagem que (...) a ruindade ou deterioração da Natureza resgatava-se num plano divino de salvação que, por sua vez, não deixaria de valorizar (...) as mazelas do mundo material em função da abundância de todos aqueles bens de que carece a natureza corrompida”.

Ainda no tocante à Idade Média, “o resgate do pensamento clássico só era permitido dentro dos limites que reafirmassem aspectos doutrinários do Catolicismo. A tensão entre percepções da natureza como integrada e espiritual e visões da natureza como entidade externa e matemática, projeto racional da Criação, desembocou vívida na Europa renascentista” (Cidade, 2001a, p. 107).

No período renascentista, as profundas alterações da vida correspondentes ao desmantelamento do Feudalismo, tiveram amplas repercussões no campo das idéias, a exemplo da revalorização do empirismo e do racionalismo e da contestação religiosa responsável pela eclosão do Protestantismo a partir das idéias de Lutero; a partir daí, o poder da Igreja Católica de Roma deixa de ser incontestável, sobretudo em domínios filosóficos.

No contexto da Modernidade, cujas múltiplas e profundas mudanças eclodem a partir do Renascimento, o pensamento de René Descartes surge como oposição ao empirismo, caracterizado por uma perspectiva de objetivação do mundo e da vida humana em relação aos dogmas teológicos reinantes no medievo. Em decorrência de sua filosofia racionalista, Descartes preconiza uma concepção de natureza sem orientação, sem interior, externa a si mesma (*res extensa*).

A idéia de natureza enquanto exterioridade traz em seu bojo a concepção da natureza enquanto regida por um sistema de leis, das quais caberia ao Homem, na condição de “Senhor do Jardim”, segundo a metáfora da cosmogênese judaico-cristã, conhecer as regularidades e

os princípios a fim de dominar a vida e o mundo exteriores a ele, enquanto condição de sua própria existência.

Por conseguinte, a concepção platônica será retomada por Descartes enquanto processo de objetivação da natureza e sua definição como *res extensa*, razão pela qual este último escolherá a matemática como linguagem da natureza. (Foltz, 2000).

Portanto, a visão de natureza entendida enquanto sistema de leis guiadas por uma contingência externa a si mesma opera a ruptura da visão de *Physis*, ou seja, de natureza auto-emergente e matricial, concepção ainda subjacente, à idéia de natureza até então em vigor.

Ora, isso implica afirmar, como o faz Merleau-Ponty (2000, p. 13): “A Natureza como sistema de leis torna supérflua a presença de forças que lhe sejam interiores, a interioridade está toda em Deus.”

Leibniz, por seu turno, aprofunda esta ruptura fundamental na concepção de natureza, ao realizar a separação entre Deus e Natureza mediante a proposição de uma mecânica divina operada mediante escolhas cabíveis ao Mundo em questão e não mais desejadas por Deus.

Essa concepção da Natureza enquanto positividade absoluta formulada na Modernidade está no bojo das formulações ideológicas dos ambientalistas de orientação antropocentrista, sobretudo após a cisão epistêmica realizada por Leibniz e que será reafirmada no período moderno por físicos como Laplace e por filósofos e, na contemporaneidade, matemáticos e filósofos como Whitehead.

Na concepção de Laplace, a natureza é tacitamente dominada por um ser ilimitado, responsável por uma simultaneidade de ocorrência dos fenômenos entre espaço, como ordem dos acontecimentos simultâneos e tempo, ordem das sucessões. (Merleau-Ponty, 2000, p. 183). Já Whitehead (1998) nega a simultaneidade de ocorrência dos fenômenos naturais no tempo e no espaço, ainda que advogue que “as bordas do tempo e do espaço são sempre esgarçadas”.

Essa célebre frase de Whitehead (1998) salienta sua discrepância em relação à mecânica newtoniana-laplaceana, ainda que se permita continuar abordando a natureza enquanto sucessões e similaridades.

A implicação dessa ruptura para sua concepção de natureza reside, basicamente, no aprofundamento da abordagem objetivadora desta, ao estabelecer que as sucessões e simultaneidades entre tempo e espaço já não ocorrem em si, mas apenas como espetáculos passíveis de equacionamento físico-matemático. Portanto, em Whitehead (1998), tempo e espaço deixam de ser os recipientes clássicos nos quais se assentavam os fenômenos naturais.

É exatamente a possibilidade do homem atuar sobre a natureza, enquanto operador independente de qualquer sensibilidade e envolvimento, que alicerça os argumentos daqueles mais identificados com a postura ideológica antropocentrista do ambientalismo.

Essa designação incorpora inclusive os ecossocialistas, de inspiração marxista, no tocante à sua desconsideração sobre a natureza nas suas formulações teóricas e a respectiva ênfase na superação do modelo de sociedade regido pelo capital como o fim da crise ambiental em curso. Como ressalta o próprio Karl Marx (1982), foi o surgimento da propriedade privada e da economia monetária que possibilitou a exploração da natureza e o fim à sua deificação.

Para os teóricos marxistas, somente além dos domínios do modo de produção capitalista poderão ser engendradas as condições de um relacionamento mais harmônico e menos predatório com o mundo natural, a fim de suplantarmos a barbárie perpetrada pelo capital sobre a humanidade com base em outro padrão de uso e distribuição dos recursos ambientais, que tenha como princípio o respeito aos limites de renovação da natureza.

É a idéia de natureza enquanto positividade e dissociada da atuação divina que propiciará uma compreensão humanista da natureza, por parte de Kant, remetendo o juízo da Natureza às nossas simples faculdades de cognição e reconhecimento dos fenômenos. Disto decorre que o sujeito passa a ser tido como absoluto, dotado de razão e poder de construir e analisar a natureza a partir de seus arquétipos mentais, totalmente desvinculados de qualquer experiência (Merleau-Ponty, 2000, pp. 24-35).

Nos resultados desse empreendimento racional realizado por Kant podem ser encontrados os rizomas mais ampliados que dão sustentáculo ideológico às formulações do capitalismo ecológico ou *green capitalism*, a saber, relacionados a uma das vertentes do ambientalismo que preconiza uma relação de acomodação das exigências do meio ambiente frente aos avanços - em princípio - infinitos da engenhosidade humana possibilitados pela tecnologia, no tocante a contornar e mesmo resolver problemas ambientais sem transformar as bases da acumulação do regime capitalista em escala local e planetária (Blackburry, 1999).

Essa mesma concepção de natureza enquanto máquina regida por leis externas a si mesma, logo, passível de regulação e de completo domínio pelo homem encontra-se também no substrato da teoria econômica, desde os fisiocratas até a escola neoclássica, haja vista salientar-se que economia, em termos etimológicos, refere-se à “administração da casa” e que a preocupação central dos economistas tanto fisiocratas quanto clássicos era o controle da natureza, entendida como arsenal de recursos disponíveis aos homens que os controlassem (Foladori, 2001).

No prisma da análise econômica vinculada ao Marxismo, o filósofo Hegel (2003) salienta que, dialeticamente, a natureza, domínio inicial da vida do homem, consiste ao mesmo tempo, pelos mecanismos da alienação e do valor engendrados pelo capital, condição de escravidão de homens por outros homens, dada a sua apropriação privada e os argumentos da moral religiosa judaico-cristã justificadores dessa apropriação primitiva.

A concepção romântica de natureza esboçada por Schelling faz uma retomada da visão dos filósofos pré-socráticos, ao afirmar o ser da natureza antecede às contingências, ou seja, está atrás de nós.

Ao retomar essa concepção de natureza os românticos, a exemplo de Schelling, abrem espaço, do ponto de vista filosófico, a uma filosofia da natureza e, do ponto de vista ideológico, a uma formulação que confere sustentação aos defensores da postura do ambientalismo denominada *holística* no campo das ideologias ambientalistas, conjugada à ampliação das dicotomias entre abordagens racionalistas e idealistas, no campo científico, verificada ao longo do século XIX.

No campo racionalista, destaca-se o positivismo, com o acirramento das proposições de controle e de experimentação dos fenômenos naturais e sociais e representando o auge da visão de progresso da humanidade, ainda que obtido à custa da degradação da natureza. Enquanto reação ao positivismo no campo das filosofias racionalistas, afirma-se o marxismo, cuja influência estende-se ao longo do século XX.

Ao privilegiar as relações materiais como base explicativa das mudanças sociais, o marxismo via aspectos dialéticos na natureza, sendo esta concomitantemente condição e parte integrante do processo de reprodução social. Enquanto no processo de trabalho e nas relações de produção o ambiente influenciaria a sociedade, a sociedade, ao se desenvolver, progressivamente transformaria a natureza (Cidade, 2001a).

Como reação ao cientificismo newtoniano-cartesiano no campo humanístico, cujas ciências emergentes encontravam-se dominadas pela busca da legitimação com base nos cânones cientificistas vigentes à época, merecem destaque, pelas repercussões no campo ambientalista, a hermenêutica e a fenomenologia, constituintes do substrato filosófico desta tese.

Essas repercussões das filosofias do significado no campo ambientalista acham-se vinculadas à sua tendência a ver a natureza como dotada de autonomia, ligada à idéia de todo, conforme observa Paulo César Gomes ao referir-se à filosofia da natureza (Gomes, 1996, p. 95-96).

Há também na perspectiva holística, se bem que não de modo consensual entre seus defensores, o resgate de uma dimensão de espiritualidade, entendida em seu caráter de vivência e de vinculação pessoal ao Sagrado e caminho para a resolução de conflitos (Weill, 1993).

Também a apreensão dos fenômenos da natureza entendidos como imersos na totalidade complexa e originária é defendida pelos ambientalistas orientados pela perspectiva holística, haja vista a origem etimológica desse vocábulo remontar ao grego *Holos*, referente à qualidade daquilo que é inteiro, completo, associado, de modo freqüente, à noção de complexidade, por sua vez derivada do latim *complexus*, significando aquilo que é tecido junto.

Assim, no pensamento holístico, retoma-se a concepção de homem encontrada em Heráclito, como servo do lugar, em oposição à concepção racionalista de homem como o senhor do jardim.

Também são notadas influências das filosofias do significado que surgem ao longo do século XIX, como a Fenomenologia e a Hermenêutica, numa tentativa de erigir uma nova tessitura complexa e multifacetada que possibilite avançar rumo à superação da crise da racionalidade cientificista, erigida no bojo da modernidade, cujo corolário atual consiste na adoção da sustentabilidade.

Nesse transcurso de elaboração de visões de natureza, houve um acirramento das contradições entre tais concepções e as formas de produção da vida social, base das formulações ideológicas do ambientalismo, ao longo do século XX com desdobramentos até os dias atuais.

Tal acirramento consolidou um pressuposto subjacente de ruptura entre sociedade e natureza, base das argumentações e dos discursos dos ambientalistas nas mais variadas vertentes ideológicas e origem das matrizes discursivas das quais emanam as principais orientações teóricas acerca da incorporação da sustentabilidade no marco do ambientalismo no Brasil.

### **3 – VERTENTES IDEOLÓGICAS DE APROPRIAÇÃO DA NATUREZA NO DISCURSO AMBIENTALISTA BRASILEIRO**

Desde um ponto de vista que visa situar a influência das visões de natureza no engendramento das tramas do ambientalismo no Brasil, tal influência se fez notar desde as inovações do estabelecimento de áreas verdes nas cidades (parques e jardins) cujo marco no Brasil foi a construção do Jardim Botânico do Rio de Janeiro Imperial, cuja inspiração remonta aos ideais de fruição da vida natural e repouso cultivados na Alemanha e Inglaterra desde meados da segunda metade do século XVII.

Destaca-se também a atuação dos naturalistas e artistas anglo-saxônicos em países coloniais, como Franz Post e Varnhagem no Brasil, cuja tradição de retratar a exuberância da natureza no novo mundo pode ser recuada até a Carta de Caminha (Bueno, 2001), tendo contribuído, com a publicação de suas obras para o reflorescimento das sensibilidades face à natureza.

Em particular no caso brasileiro, a atuação dessas primeiras expedições de cunho naturalista proporciona os rizomas mais distanciados no tempo derivados de uma visão romântica da natureza, ora com pinçadas dos aspectos hostis do mundo natural dos trópicos. Ora, tal concepção reifica uma atitude de dominação e distanciamento face à natureza, ainda presente no cerne de uma concepção ambientalista pautada pela busca de resultados e nitidamente orientada pelo preservacionismo restrito (Diegues e Nogara, 2000).

As repercussões desses fatores ocorridos no mundo anglo-saxônico foram notáveis sobre políticos e ativistas da natureza nos Estados Unidos (EUA) onde foi criado o primeiro parque nacional para a preservação das espécies e paisagens de inestimável valor cênico, o Parque Yellowstone, em 1873 existente até hoje (Schama, 1996).

Dado o ápice do industrialismo estender-se desde a segunda metade do século XIX até a primeira metade do século XX, com o auge dos modelos de acumulação capitalista baseados na produção em série e no estabelecimento de esquemas globais de produção/circulação de mercadorias denominados Fordismo-Toyotismo (Antunes, 1997), as posturas ideológicas do ambientalismo cornucopiano e do tecnocentrismo foram preponderantes na esfera das negociações e práticas ambientais.

A necessidade de reconstrução econômica européia no período posterior à Segunda Guerra Mundial ampliou a busca desenfreada por matérias-primas no mundo colonial (África, Ásia e Américas Central e do Sul), ensejando o processo de neocolonialismo ou nova partilha geopolítica do mundo, cuja tragédia socioambiental perdura até nossos dias, haja vista o

agravamento da problemática ambiental nessas regiões do globo, sobretudo África e Ásia, com nuvens tóxicas, desequilíbrios ecológicos de toda sorte, acidentes ambientais de graves proporções, pandemias e o maior de todos os flagelos – a perpetuação do ciclo da pobreza e da apartação de seus povos (Buarque, 1998).

A título ilustrativo dessa postura do ambientalismo cornucopiano, ou seja, orientado por uma matriz discursiva que encara o mundo natural como mero dispensário sempre farto para atender a lógica incremental de um padrão desenvolvimentista sem preocupações - atuais nem tampouco futuras – com a dilapidação do meio ambiente, vale ressaltar o modelo de exploração dilapidatório da Amazônia brasileira realizado por capitalistas transnacionais no projeto de mineração do vale dos índios Carajás denunciado de modo exemplar por Orlando Valverde (1985).

Somente no bojo da grande crise capitalista de 1973 assumem relevância na agenda política internacional análises centradas na questão ambiental, a exemplo do primeiro relatório do Clube de Roma e sua orientação sobre a necessidade do crescimento zero como meio de equilibrar os recursos ambientais disponíveis em escala global (Meadows, 1997).

Nessa atmosfera onde emergiu a necessidade de estabelecer, no mínimo, limitações mais nítidas ao uso desenfreado das inovações tecnológicas, sob pena de comprometimento da qualidade da vida em termos imediatos e sua inviabilização para futuras gerações, Ignacy Sachs, conferencista convidado à Conferência preparatória da I Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, realizada em 1972 em Forneux, Suíça, empregou pela primeira vez o termo ecodesenvolvimento, referindo-se a um tipo de desenvolvimento centrado na busca do equilíbrio no uso dos recursos ambientais visando sua conservação para futuras gerações.

Para Sachs (1994), o ecodesenvolvimento engloba tanto a preservação – quando necessário devido à depleção e às ameaças globais sobre os recursos ambientais – quanto a conservação, apoiada em formas de uso racional do ambiente e consiste na atitude de promover um desenvolvimento sócio-econômico equitativo, através de estratégias ambientalmente adequadas e suportáveis a nível ecológico

Na sociedade brasileira, Maurício Waldman (1992) situa como influências impulsionadoras ao início das lutas ambientalistas de cunho conservacionista, os movimentos de contracultura dos anos sessenta ocorridos na Europa e nos EUA, sobretudo hippies e ativistas políticos contra a Guerra do Vietnã, cujo slogan “Faça a Paz, não Faça a Guerra”, se tornou emblemático daquela geração e da redução do consumismo nos anos setenta, intitulado

“Small is Beautiful”, cuja obra de Schumaker (1988) foi traduzida em português como “Importante é ser pequeno”.

O mesmo autor salienta que, durante o período ditatorial (1968-1983) mesmo todo o aparato de censura aos meios de comunicação de massa, não impediu o surgimento e atuação de grupos centrados na luta ecológica, sobretudo em São Paulo, Rio de Janeiro e em Porto Alegre.

Na condução de suas reivindicações, esses movimentos precursores foram orientados por uma mescla de atitudes preservacionistas e conservacionistas, cujos resultados em termos de medidas de gestão do meio ambiente e de formulação de políticas ambientais serão detalhados na seção de abertura do capítulo quarto desta tese.

Aliás, a respeito da disseminação de idéias ambientalistas de modo mais amplo na sociedade brasileira vale resgatar que, em 1982, é realizada a primeira telenovela que trouxe com eixo central preocupações ambientalistas. Intitulada “O Grito” e ambientada na capital paulista, essa produção da Rede Globo alertava para a necessidade de reduzir a poluição ambiental nas grandes cidades, desde a faixa-título da abertura da novela, “Salve o Verde” (Alencar, 2003).

É claro que a veiculação dessa novela nos estertores da ditadura militar sinalizava um período de distensão das relações entre dirigentes políticos e mídia, no tocante à censura, mas também não se pode esquecer de assinalar tal iniciativa, exibida no tardio horário das 22 horas, como fruto das pressões sociais internas e externas em matéria de meio ambiente, às quais a sociedade brasileira não poderia ficar imune.

Em meados dos anos 80, começou a surgir no Brasil um tipo de ambientalismo distinto do preservacionista, mais ligado às questões sociais. Surgido no bojo da redemocratização do país, logo após o fim da ditadura militar, caracteriza-se pela crítica ao desenvolvimento altamente concentrador de renda e destruidor da natureza que teve seu apogeu nesse período.

O ecologismo social ou ambientalismo camponês é incorporado por seringueiros amazônicos, pelo Movimento dos Povos Atingidos por Barragens (MAB), por movimentos indígenas e de pescadores que começam a influenciar uma nova forma de ver a conservação ambiental, propondo a participação das comunidades no planejamento e na gestão das Unidades de Conservação (Bredariol e Vieira, 1991).

A destacada participação brasileira em matéria ambiental teve sua culminância com a realização da Conferência Rio – 92, fruto de uma participação da diplomacia nacional

incisiva ao longo dos últimos trinta anos, em termos de cooperação e de proposição de mecanismos ambientais internacionais a partir da ótica e das necessidades do Cone Sul.

No âmbito da ECO-92, um fórum mundial de ONG's paralelo à Rio 92, obteve maior visibilidade uma rede de grupos ambientalistas brasileiros cujas matrizes teóricas remetem ao pensamento holístico ainda que nem sempre tenham definições específicas de suas lutas e demandas a partir de uma clara compreensão de suas inspirações teóricas.

Tais grupos ambientalistas traçam como foco de suas preocupações, a adoção de estilos alternativos e menos degradantes de vida, a redução dos níveis de consumo, sobretudo em suas investidas junto a populações das grandes cidades bem como merecem destaque suas iniciativas de estabelecimento de mecanismos de mercados pautados por uma ética solidária basilar à sustentabilidade, como o mercado solidário, com seu sistema de certificação baseado em princípios éticos rumo à produção e consumo sustentáveis.

Também expressando vinculação com os reflexos da Rio-92, torna-se evidente desde a década de 90 do século XX, a emergência de atitudes ambientalmente orientadas no seio do empresariado nacional. Todavia, é bom salientar que tais iniciativas não visam romper com os ditames do capital, mas de modo contraditório, adequar-se aos novos padrões de competitividade global, ensejando uma orientação adotada por parte do mundo empresarial em ações tais como a criação do CEBDS (Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável) visando orientar ao empresariado como implementar medidas e sistemas de certificação ambiental exigidos internacionalmente (Almeida, 2002).

Ora, teria por isso o empresariado brasileiro incorporado em graus variados, logicamente, alguma vertente do ambientalismo ao processo produtivo? Essa questão poderá ser respondida de modo afirmativo se levarmos em consideração não apenas o incremento das iniciativas de projetos socioambientais desenvolvidos e/ou patrocinados por empresas nos últimos quinze anos bem como o desencadeamento de programas voltados à melhoria de performance ambiental nos mais variados segmentos empresariais, em busca da ecoeficiência, como visão da sustentabilidade nos negócios.

Sem sombra de dúvida, ainda há um fértil terreno de pesquisas e estudos no sentido de estabelecer um marco analítico coerente para a adoção do “capitalismo verde” pelo setor produtivo do Brasil contudo quando empresas do porte da PETROBRAS e congêneres, cujo foco é exercido sobre atividades intrinsecamente (in)sustentáveis, passam a exhibir – e mais do que isso, a desempenhar – programas e resultados expressivos na busca de resultados ambientalmente corretos, faz-se necessário melhor compreender as relações entre setor produtivo e sustentabilidade, ainda que nos marcos limitados de uma abordagem centrada no

desenvolvimento sustentável, situado na esfera de marcos regulatórios da política e da gestão ambiental no Brasil, ainda desvinculados das profundas e indispensáveis mudanças estruturais que de fato possam preconizar um desenvolvimento com sustentabilidade (Oliveira, 2004).

#### **4 – RIZOMAS IDEOLÓGICOS DO AMBIENTALISMO NO BRASIL – DILEMAS E POSSIBILIDADES**

Ao longo desse ensaio, esperamos ter posto em evidência o caráter, por vezes contraditório e até mesmo antagônico, entre distintas matrizes ideológicas do ambientalismo no Brasil.

Ensejamos ainda haver logrado estabelecer uma classificação, ainda que permeada de lacunas que, desejamos, sirva para estabelecer o diálogo que procuramos travar, entre as teorizações formais de um lado e as realizações dos movimentos ambientalistas no Brasil, na perspectiva de evidenciar suas orientações teóricas, muitas vezes pouco claras para a maior parte de seus seguidores, mas explicitadas nas suas agendas de negociação ambientais, bem como alguns reflexos analíticos no tocante aos resultados dessas demandas para o avanço da compreensão do ambíguo quadro da relação das demandas engendradas pelos movimentos ambientalistas com o conjunto maior das demandas da sociedade brasileira.

Aliás, essa tem sido uma de nossas mais marcantes preocupações no tocante à pesquisa acadêmica visando contribuir no âmbito da redefinição da relação teoria e ambiente nos dias atuais no Brasil.

À luz de tais argumentos, ousamos traçar uma sucinta e talvez por demais esquemática, no nível atual de nossas formulações, classificação de orientações epistemológicas do pensamento sobre ambiente e alguns reflexos em segmentos ambientalistas no Brasil.

Em primeiro plano, ainda permanecem bastante ativos resquícios da defesa da conservação restrita de espaços territoriais excluindo, sobremaneira, as populações mais fragilizadas do processo de definição dos novos usos dos bens comuns territoriais. Esse aspecto do ambientalismo, cuja orientação, por vezes flerta como a Deep Ecology, traz no seu bojo formulações baseadas no Biocentrismo, refletidas em suas manifestações públicas de “fora humanos dos santuários da vida”, assim como na busca por uma convivência com uma natureza idílica, nunca existente, o que pode levar ao escapismo da pós-modernidade característico pela ruptura das relações com a comunidade ampliada na busca de seus objetivos ambientalistas (Bauman, 2003).

Em um segundo nível, parece-nos clara a emergência e a força social das aspirações socioambientais representadas pelo ambientalismo social, de orientação nitidamente Antropocêntrica.

Representados pela incorporação de segmentos tradicionalmente excluídos da formulação das políticas ambientais esses grupos engendraram demandas ambientais como busca de sentido e de resgate de suas condições de vida, com avanços no plano legal. Um caso digno de apreciação é representado pelos avanços do segmento ambientalista embutido nos movimentos de atingidos por barragens que têm conseguido, a duras penas e com muitos revezes, que nas áreas destinadas aos novos assentamentos para as quais tais populações são remanejadas sejam asseguradas também condições ambientais mínimas para sua reprodução social.

De modo similar, os trabalhadores rurais sem terra, representados por vários movimentos, têm conseguido da parte do atual Ministério da Reforma Agrária ações que caminham na desculpabilização dos seus integrantes no tocante aos danos ambientais ao demonstrarem a inviabilidade de se manterem na terra sem medidas mitigadoras ambientais quando da implantação dos assentamentos rurais, tendo o INCRA incorporado dispositivos da legislação ambiental ao planejamento dos assentamentos rurais oficiais.

Em uma direção oposta ao do ambientalismo social, destacamos também a emergência das preocupações e práticas dos ambientalistas empresariais que têm animado esforços rumo à conciliação entre economia e ambiente orientada pela incorporação da sustentabilidade aos processos produtivos. Essa vertente, de cunho tecnocêntrico no tocante à sua matriz ideológica predominante, entretanto busca dialogar com princípios mais amplos no espectro das concepções da sustentabilidade, ao empreender iniciativas que ultrapassam o horizonte meramente corporativo.

Assumindo uma clivagem mais difícil de definir mais que, neste momento situamos na esfera das táticas do cotidiano à la Certeau, insere-se como rizoma do ambientalismo no Brasil, a difusão de grupos ainda bastante incipientes no tocante às suas agendas, mas cujo foco de atuação inscreve-se nas políticas do cotidiano. Esses grupos que têm como orientação ideológica predominante formulações Ecocêntricas, têm trabalhado na reformulação dos modos de vida dos indivíduos e, muitas vezes, não assumem o caráter ambientalista na elaboração de suas reivindicações contudo, os reflexos de sua presença podem ser vinculados ao avanço da ecoespiritualidade, a qual vem forjando uma rede já consolidada de organizações que vivenciam esses princípios, com variadas distinções, desde a permacultura às

ecovilas, cujos resultados merecem maior aprofundamento no âmbito da contribuição à sustentabilidade dentro do pensamento sobre Teoria e Ambiente no Brasil.

## 5 – AGRADECIMENTOS

A autora agradece à concessão de bolsa pela CAPES para a realização desta pesquisa de doutorado, bem como aos seus orientandos (da graduação e da pós-graduação), em particular a Edson Magalhães de Bastos Júnior e Anízia Conceição Oliveira, com os quais tem mantido uma profícua interlocução acerca dos aspectos enfocados neste trabalho, no âmbito do Grupo de Pesquisa em Biotecnologia e Meio Ambiente (BIOMA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

## 6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, M. **A Hollywood Brasileira – panorama da telenovela brasileira**. Rio de Janeiro, Editora SENAC, 2003.
- ALMEIDA, F. **O Bom Negócio da Sustentabilidade**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2002.
- ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** São Paulo, Cortez, 1997.
- BAUMMAN, Z. **Comunidade**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.
- BLACKBURRY, R. “Green Capitalism or Red Capitalism?” As alternativas do capitalismo ecológico no limiar do século XX. Emir Sader (org.). **Neoliberalismo 2**. Petrópolis, Vozes, 1999, pp. 199-220.
- BREDARIOL, S. e VIEIRA, L. **Ecologismo e Movimentos Sociais no Brasil**. Rio de Janeiro, Loyola, 1991.
- BUENO, E. **Terra à Vista! As aventuras do descobrimento do Brasil** (vol. I). São Paulo, 3ª ed., Companhia das Letras, 2001.
- CAPRA, F. **O ponto de mutação; a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. São Paulo: Cultrix, 1987.
- CIDADE, L.C.F. Modernidade, visões de mundo, natureza e geografia no século dezenove. **Espaço e Geografia**. Brasília, (4): 1, 2001a, pp. 24-36.
- CIDADE, L.C.F. “Visões de mundo, visões da natureza e a formação de paradigmas geográficos”. In: **Terra Livre** (17), São Paulo, AGB, 2001b, pp. 99-118.
- COETZEE, J. M. **A Vida dos Animais**. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.
- DIEGUES, A, C. S.; NOGARA, P. **Nosso Lugar virou Parque**. São Paulo, HUCITEC, 2000.

FOLADORI, G. **Limites do Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo, Imprensa Oficial/ Editora da UNICAMP, 2001.

FOLTZ, B. **Habitar a Terra - Heidegger e a Metafísica da Natureza**. Lisboa, Edições Piaget, 2000.

GOMES, P. C. da C. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996.

HEGEL, F. **Dialética da Natureza**. São Paulo, Paz e Terra, 6ª ed, 2003.

HOLANDA, S. B. **Retorno ao Paraíso**. 10ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1999.

MARX, K. “A acumulação primitiva”. In: **Os Pensadores**. São Paulo, Abril. 1982, pp. 57-84.

MEADOWS, D. “The Limits of Growth”. In: NELISSEN, N., STRAATEN, J. V. D. & KLINTERS, L. (eds.). **Classics in Environmental Studies – An Overview of Classic Texts in Environmental Studies**. Utrecht: International Books, 1997, pp. 195-198.

MERLEAU-PONTY. M. **A Natureza**. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

OLIVEIRA, L. “Percepção, Cognição, Dimensão Ambiental e Sustentabilidade”. VITTE, A. C. e GUERRA. A. T. (orgs.). **Reflexões sobre a Geografia Física no Brasil**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004, pp. 129-152.

PEARCE, D. & TURNER, R. **Economía de los Recursos Naturales y del Medioambiente**. Madri, Ediciones Celeste, 1995.

SACHS, I. “Estratégias de Transição para o século XXI”. Marcel Bursztyn, (org.). **Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo, Brasiliense, 1994, pp. 22-31.

SCHAMA. S. **Paisagem e Memória**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

SCHUMAKER, A. **O Importante é Ser Pequeno**. São Paulo, Makron Books, 1988.

SODRÉ, M. **Ideologia**. São Paulo, Paz e Terra, 3ª ed, 1997.

THOMAS, K. **O Homem e o Mundo Natural**. São Paulo, Companhia das Letras, 1988

UNGER, N. M. **Fundamentos Filosóficos do Movimento Ecológico**. São Paulo, Loyola, 1991.

VALVERDE, O. **Carajás – Planejamento da Destruição**. São Paulo, Cortez, 1985.

VIGEVANI, T. “Meio Ambiente e Relações Internacionais, a questão dos financiamentos”. **Ambiente e Sociedade**. Campinas, NEPAM, (1), 1997, pp. 37-48

WALDMAN, M. **Ecologia e Lutas Sociais no Brasil**. São Paulo, Contexto, 1992.

WHITEHEAD, A. **O Conceito de Natureza**. São Paulo, Martins Fontes, 1998.